

CONTRACEPTIVO ORAL E INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS: AS MULHERES ESTÃO SENDO INFORMADAS SOBRE ISSO NAS CONSULTAS MÉDICAS?

Oral contraceptives and drug interactions: are women being informed about it at doctor's appointments?

Marta Bhering Pereira de Souza¹, Luísa Tavares de Azevedo¹, Luiza Pimenta Lima Santos¹, Sofia Assis Alvarenga¹, Ulisses Guimarães Fernandes Filho¹, Sandra Regina Quintino dos Santos²

RESUMO

Introdução: O contraceptivo oral está em uso no Brasil há décadas. Embora tenha tido seu desempenho melhorado desde sua primeira versão, ainda não é isento de interações medicamentosas. **Objetivo:** Avaliar se as mulheres, estudantes de ensino superior em universidades privadas, que fazem uso de contraceptivo oral, foram questionadas sobre esse uso nas consultas médicas e, quando receberam orientação para tomar um medicamento, se foram informadas sobre a possibilidade de interação medicamentosa de forma compreensível. Além disso, objetivou-se analisar se essas mulheres receberam informações de como proceder diante da possível interação. **Método:** Aplicou-se um questionário online, de elaboração própria dos autores, em estudantes mulheres de uma Instituição de ensino superior privada de Belo Horizonte, Minas Gerais. Foram analisadas as respostas de 152 mulheres, que atendiam aos critérios de inclusão. **Resultados:** As mulheres dentro da amostra pesquisada, em sua maioria, não foram questionadas sobre o uso de contraceptivos orais de forma direta durante as consultas médicas, nem receberam informações sobre a possibilidade de interação medicamentosa com novos medicamentos receitados. **Conclusão:** Os resultados da pesquisa indicam que há uma insuficiência, nas consultas médicas, a respeito de orientações dos profissionais sobre possibilidade de interações medicamentosas. Neste estudo, a amostra questionada foi restrita, sendo então necessária a elaboração de mais pesquisas com diferentes parcelas da população.

Palavras-chave: Interações medicamentosas; anticoncepcionais; gravidez não desejada; comunicação; administração oral.

ABSTRACT

Introduction: Oral contraceptives are being used in Brazil for decades. Although they have improved since their first version, they are not exempt of drug interaction. This article aims to evaluate if women that use this contraceptive method are aware of the possibility of suspension of the contraceptive effects when there are drug interactions, and if they know how to proceed in this situation. **Objective:** Assess if women in use of oral contraceptive were questioned about that use at doctor's appointments, and if they received orientation to take another medication, when they were informed about the possibility of drug interaction in a comprehensive way. In addition, this study aimed to analyze whether these women received information on how to proceed in the face of possible drug interactions. **Method:** An online questionnaire, elaborated by the authors, was applied to female students from a private higher education institution in Belo Horizonte, Minas Gerais. The responses of 152 women who met the inclusion criteria were analyzed. **Results:** Women within the researched sample, mostly, were not directly questioned about the use of oral contraceptive during doctor's appointments, nor they received information about the possibility of drug interaction with the new drugs prescript. **Conclusion:** The results of the research indicate that there is an insufficiency in doctor's appointments in regard to orientations from professionals about the possibility of drug interactions. In this study, the sample questioned was restricted, so it was necessary to carry out more research with different portions of the population.

Keywords: Drug interactions; contraceptive agents; pregnancy, unwanted; communication; administration, oral.

¹Acadêmicos da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG - Brasil

²Docente da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG - Brasil

Autor correspondente: Marta Bhering Pereira de Souza – Rua Antônio de Albuquerque, N° 1009, apto 402. Bairro: Savassi – CEP: 30112011 – Belo Horizonte, MG- Brasil. e-mail: marta.bher@gmail.com

INTRODUÇÃO

O anticoncepcional oral foi liberado para uso no Brasil desde o início da década de 1960¹, sendo considerado um marco na Revolução Sexual, uma vez que foi a primeira vez na história que a decisão de ter ou não filhos coube exclusivamente à mulher. Embora a pílula tenha passado por aprimoramentos, visto que sua primeira versão era diretamente associada a complicações cardiovasculares (tromboembolismo venoso, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral)², ela ainda não é isenta de problemas, principalmente devido às interações medicamentosas.

Os contraceptivos orais de maior eficácia e, portanto, mais utilizados são os combinados de estrógeno e progesterona. Além de serem usados principalmente como método contraceptivo, os anticoncepcionais orais à base de estrógeno são também utilizados na terapêutica de hipoplasia uterina e dismenorreia, esterilidade, vaginite infantil e senil, hemorragia disfuncional, climatério, inibição da lactação, hirsutismo, aborto habitual e ameaça de aborto. Do mesmo modo, os contraceptivos orais compostos exclusivamente por progesterona são indicados no tratamento de carcinoma de corpo do útero e de mama, esterilidade, disfunção menstrual, tensão pré-menstrual, tensão menstrual, amenorréia, controle do ciclo menstrual, endometriose, displasia mamária, puberdade precoce verdadeira e acne³.

O método anticoncepcional por uso de contraceptivos orais apresenta grande eficácia, mas revela importantes interações medicamentosas, principalmente com os antibióticos. Além disso, na bula dos dois anticoncepcionais distribuídos pelo Sistema Único de Saúde/Minas Gerais, de acordo com a Relação de Medicamentos do Estado de Minas Gerais⁴, acessíveis à maioria da população feminina (levonorgestrel + etinilestradiol e norestisterona), encontra-se uma lista de medicamentos que podem ter possíveis interações medicamentosas, além dos antibióticos. A bula do contraceptivo a base de levonorgestrel + etinilestradiol lista os medicamentos com preparações à base de Erva de São João (usado ocasionalmente como auxiliar em tratamento de depressão leve a moderada), barbitúricos (medicamentos utilizados em anestésias), fenilbutazona, fenitoína (antiepiléptico), dexametasona, griseofulvina (medicamento antifúngico, para tratamento de micoses), topiramato (antiepiléptico), modafinila (medicamento usado no tratamento de distúrbios do sono), dentre outros. Na bula da norestisterona, há descrita a interação com preparações à base de Erva de São João, carbamazepina (antiepiléptico), aprepitanto e fosaprepitanto (antiemético), bosentana (anti-hipertensivo), griseofulvina (antifúngico), dentre outros.

Em todas essas interações medicamentosas, a consequência principal é a diminuição da efetividade do contraceptivo oral, o que pode tornar as mulheres susceptíveis à ovulação e fecundação posterior, reduzindo o efeito de contracepção. Conforme apontado no estudo realizado por Santos, Ferreira e Ferreira⁵, que avaliou estudantes universitários, mostrou que 52,9% das mulheres utilizam preferencialmente os métodos hormonais, principalmente a pílula. 596 das 1246 mulheres entrevistadas (64,6%) disseram que buscavam informações sobre contracepção com médicos, o que aponta para a importância desses profissionais para o sucesso no uso de métodos contraceptivos, incluindo a orientação de uso de métodos de barreira alternativos quando feito uso de medicação plausível de interações medicamentosas com contraceptivo oral.

Com isso, uma vez que essa interação pode gerar uma gravidez indesejada, se mostra necessária a orientação médica para que as mulheres utilizem um método de barreira associado no período de uso conjunto de medicamentos.

Em uma pesquisa bibliográfica prévia, foram encontrados três artigos que discutiam interação medicamentosa e anticoncepcional juntamente com o nível de conhecimento das participantes acerca desta situação. Na pesquisa realizada por Mendonça e Rodrigues⁶, foram avaliadas mulheres que usavam contraceptivos (oral, injetável) e que não utilizavam métodos anticoncepcionais hormonais e haviam recebido receita de antibiótico. Embora a maioria das mulheres tenha sido questionada sobre o uso de medicação diária, não foram informadas sobre a interação de medicamentos. Em outra pesquisa realizada em 2016 por Brandt, Rodrigues e Burci⁷, foi avaliado se mulheres que faziam uso de contraceptivo oral e tomavam antibióticos usavam método de barreira associado. Porém, a amostra foi restrita, o que pode ter tornado os resultados pouco generalizáveis. Por fim, o estudo realizado por Hoffmann *et al*⁸ tinha por objetivo analisar o acesso a informação da população a respeito possibilidade de interações medicamentosas entre contraceptivos orais e antibióticos, de acordo com sexo, idade e aspectos sociais envolvidos, revelou dados interessantes para análise. A pesquisa demonstrou que o conhecimento a respeito de interações medicamentosas pela população foi insuficiente, visto que menos de 1/3 de todos os participantes (29,7%) estavam cientes da possibilidade de interação medicamentosa entre antibióticos e contraceptivos orais. Além disso, foi demonstrado por esse estudo que mulheres de idade entre 16-35 anos eram as que mais tinham conhecimento dessa interação (58,9%) quando em comparação com mulheres 10 anos mais velhas, que apresentaram, em média, 10% a menos de conhecimento. Ademais, um dado muito relevante apontado por este artigo foi a respeito da fonte de informação dos indivíduos perguntados, pois 55,9% dos pacientes obtiveram a informação de interação antibiótico-contraceptivo através dos médicos generalistas. Em todos os artigos só foram avaliadas as interações com antibiótico, quando, na verdade, existem diversas outras interações a serem consideradas.

Assim, esta pesquisa objetivou avaliar se informações a respeito de possíveis interações medicamentosas foram passadas, de forma compreensível, em consultas médicas em que houve orientação de uso de outros medicamentos, às mulheres que fazem uso de contraceptivo oral, bem como se foram questionadas a respeito desse uso. Além disso, foi avaliado como essas mulheres eram orientadas a proceder diante da possibilidade de interações.

MÉTODO

Delineamento de Estudo

A pesquisa realizada se caracteriza como um projeto básico, quantitativo e analítico do tipo observacional.

Amostra

O questionário da pesquisa foi respondido por 232 mulheres. Foram retirados da análise os questionários de mulheres que não receberam receita de medicamento em alguma consulta no último ano, que não faziam uso de anticoncepcional oral na época e que possuíam

respostas incompletas ou incoerentes. Assim, foram analisados 152 questionários de mulheres que receberam receita de qualquer medicamento na última consulta, fazendo uso de anticoncepcional oral no mesmo período.

Os critérios de inclusão utilizados na seleção da amostra foram: ser do gênero feminino, ter mais que 18 anos e menos que 40 anos, sendo capaz de responder por si mesma, ter recebido uma receita de outro medicamento qualquer em alguma consulta médica realizada no último ano, usar contraceptivo oral na época desta consulta e ser estudante da instituição de ensino superior privada onde foi realizada a pesquisa. Os critérios de exclusão foram mulheres que usam qualquer outro método contraceptivo que não contraceptivo oral, as grávidas e aquelas cuja única orientação sobre interação medicamentosa tenha sido dada em uma consulta ginecológica e obstétrica.

Instrumentos

O instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi um questionário de elaboração própria dos autores, nomeado de “Questionário de informação sobre interações medicamentosas”, que possuía itens associados a dados sociodemográficos e itens relacionados a consulta médica e ao uso de anticoncepcionais orais. Para garantir a privacidade das informações, a pesquisa foi realizada de forma online, pelo Google Forms.

Procedimentos

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e está de acordo com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado sob o CAAE 13776419.1.0000.5134. Após a aprovação, os questionários foram enviados via online a estudantes da instituição de ensino superior privada para que fossem respondidos. Qualquer estudante do sexo feminino que recebeu o questionário poderia responder. Após a coleta dos dados, a partir de uma análise dos resultados, as estudantes que não foram aptas a responder o questionário, não cumprindo os critérios de inclusão ou que se classificavam nos critérios de exclusão, tiveram os seus questionários não considerados para a análise estatística para geração de dados.

Para assegurar que as participantes da pesquisa estivessem de pleno acordo quanto à finalidade, à justificativa, ao objetivo, aos procedimentos, aos riscos e benefícios e à ética proposta, a primeira parte do questionário foi a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que a participante deverá marcar que leu e concorda. Os questionários foram anônimos, sem identificação de e-mail ou qualquer outra forma de identificação pessoal. Após a finalização do questionário, uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficou disponível para a participante. Ao final da pesquisa, também ficou disponível às participantes um folheto informativo sobre interação medicamentosa com contraceptivos orais, também de produção própria.

Análise Estatística

As variáveis numéricas foram apresentadas como média $\pm$ desvio-padrão e as variáveis categóricas, como frequências absolutas e relativas. As análises foram realizadas no software R versão 3.4.3.

RESULTADOS

Dos questionários considerados para análise estatística, 53,9% das mulheres disseram que o médico não perguntou sobre o uso de contraceptivo oral. Das mulheres que receberam receitas de outros medicamentos em consulta no último ano, 82,2% não foram orientadas sobre possíveis interações medicamentosas. Uma mulher relatou que não recebeu orientação, mas que perguntou ao médico se havia possibilidade de interação medicamentosa. Duas mulheres relataram que o médico não as orientou de forma clara sobre a possível interação medicamentosa com o anticoncepcional oral, mas que indicou o uso de um método não hormonal associado durante o tempo de ingestão do medicamento e após como um período de segurança. Os resultados recolhidos pelos questionários estão representados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Descrição de amostra e frequência de respostas ao “questionário de informação sobre interações medicamentosas”

	n (%)
Idade (média $\pm$ desvio-padrão)	20,5 $\pm$ 2,5
O médico te perguntou se você fazia uso de contraceptivo oral?	
Sim	60 (39,5)
Não	82 (53,9)
Não me lembro	10 (6,6)
Quais foram as orientações recebidas sobre possíveis interações medicamentosas?	
Não fui orientada	125 (82,2)
Ler a bula	0 (0,0)
Usar algum método não hormonal (camisinha, diafragma, espermicida) associado durante o tempo de ingestão do medicamento mais um período de margem de segurança	8 (5,3)
O médico me disse que não havia interação	19 (12,5)

DISCUSSÃO

O levantamento de dados mostra que a maioria dos médicos não questiona suas pacientes sobre o uso de contraceptivos orais e não orientam sobre possíveis interações medicamentosas em casos de uso do anticoncepcional. Os resultados estão parcialmente de acordo com uma pesquisa encontrada sobre avaliação da interação entre contraceptivos e antimicrobianos. Na pesquisa realizada por Mendonça e Rodrigues⁶, foi avaliada uma amostra de 396 mulheres. Dentre essas, 73% das mulheres faziam uso de contraceptivo oral e 17% faziam uso de contraceptivo injetável. Além disso, foi demonstrado que 72% das mulheres fizeram uso de antibiótico associado a algum tipo de anticoncepcional (oral ou injetável), estando susceptíveis a interação medicamentosa. Foi pesquisado também a respeito das orientações prestadas pelos médicos no ato de prescrição, e a pesquisa revelou que 64% das mulheres relataram que houve questionamento sobre uso de algum medicamento de uso diário por parte do médico. Entretanto, 76% mulheres relataram

que não receberam orientação sobre a possibilidade de interação medicamentosa pelo médico responsável.

Outro estudo realizado com 21 mulheres em Curitiba mostrou que 52,3% delas não utilizavam outros métodos contraceptivos, como de barreira, enquanto tomavam antibióticos. Todas as participantes relataram que desconheciam a interação medicamentosa com fitoterápicos que utilizam a erva de São João⁷. Em ambos os casos, no uso de antibiótico ou do fitoterápico, não associar o anticoncepcional com um método de barreira durante o período de uso mais uma margem de segurança pode levar a gravidez indesejada. É necessário que estas mulheres sejam informadas sobre a interação e sobre como proceder diante deste cenário.

Visto isso, é de suma importância avaliar se as pacientes estão recebendo informações dos médicos nas consultas em que são receitados outros medicamentos, sobre a possibilidade de interação medicamentosa e se essas informações são transmitidas de forma correta de modo a serem compreendidas pelas pacientes. Uma vez que no Brasil, três a cada dez brasileiros sofrem com o analfabetismo funcional, isto é, dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana⁹, não se pode esperar que a instrução do médico para que a mulher apenas leia a bula de seu contraceptivo oral surta efeito.

Ademais, os índices de gravidez indesejada no país são elevados: cerca de 55% das mulheres brasileiras não planejaram engravidar, de acordo com Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ Fiocruz¹⁰. Considerando que a gravidez indesejada está associada a fatores que incidem na mãe, como aumento do estresse psicossocial e dos casos de depressão pós parto, e também na criança, que acabam sendo mais propensos a ter baixo peso ao nascer, serem expostos a violência e privados de acesso a saúde em relação a crianças nascidas de gravidez planejada¹¹, é possível afirmar que a gravidez indesejada e suas consequências constituem um problema sério de saúde pública. Sendo assim, apesar de não existirem pesquisas que constatem a razão pela qual essas mulheres engravidaram, certamente orientá-las melhor tanto sobre o uso de contraceptivos orais tanto quanto a possibilidade de suspensão de efeito deste medicamento pode evitar a gravidez indesejada para alguma parcela destas pessoas.

Portanto, o estudo apresentou dados que mostraram uma ineficácia na comunicação entre médicos e pacientes, prejudicando o fornecimento de orientações adequadas, que evitariam quaisquer consequências indesejadas em decorrência das interações medicamentosas.

Contudo, a pesquisa abordou uma amostra relativamente restrita e ainda há poucos estudos a respeito do tema. Sendo assim, é de grande relevância incentivar a elaboração de novos estudos, visando a coleta de dados de uma maior parte da população para melhor elucidação a respeito do papel de uma boa orientação médica em casos de interações medicamentosas em pacientes em uso de contraceptivos orais.

CONCLUSÃO

De acordo os resultados da pesquisa realizada, na qual a maioria das mulheres não é sequer questionada se fazem uso de algum contraceptivo oral, conclui-se que as orientações profissionais a respeito da possibilidade de interações medicamentosas com novos medicamentos receitados são majoritariamente insuficientes para o conhecimento e compreensão de grande parcela da população feminina.

Apesar da relevância do resultado da pesquisa, o público questionado ainda é restrito, identificando uma parcela da população que se caracteriza por provável maior conhecimento sobre o assunto e que poderia questionar o próprio médico. Assim, é necessário a elaboração de mais pesquisas com diferentes parcelas da população para melhor elucidação da interferência das orientações médicas no que se diz respeito a interação medicamentosa com contraceptivos orais.

REFERÊNCIAS

1. Pedro JM. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev Bras Hist* 2003; 23(45): 239-260.
2. Stadel BV. Oral Contraceptives and Cardiovascular Disease. *New Engl J Med* 198; 305(11):612-618.
3. Souza FR, Meira ALT, Mendes LM, Costa ALC. Associação de antibióticos e contraceptivos orais. *Rev Ciênc Méd e Biol* 2005; 4(3): 221-225.
4. Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais. Relação de Medicamentos do Estado de Minas Gerais (REMEMG). 1ª ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, 2020,150p.
5. Santos M, Ferreira E, Ferreira M. Contraceptive behavior of Portuguese higher education students. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2018; 71(4): 1706-1713.
6. Mendonça DSB, Rodrigues RLA. Interações Medicamentosas entre Antibióticos e Anticoncepcionais, presentes em Prescrições Médicas. Id online *Rev Psic* 2017; 11(35):67-83.
7. Brandt GP, Rodrigues AP, Burci, LM. Conhecimento de usuárias de anticoncepcionais orais acerca de hábitos e interações medicamentosas em uma unidade básica de saúde. *Visão Acad* 2016; 17(4): 13-21.
8. Hoffmann K, George A, Heschl L, Leifheit AK, Maier M. Oral contraceptives and antibiotics. A cross-sectional study about patients' knowledge in general practice. *Reprod Health*. 2015 14; 12:43.
9. Lima A, Junior R. INAF BRASIL 2018: Resultados Preliminares. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ação Educativa e Instituição Paulo Montenegro, 2018, 22p.
10. Theme-filha MM, Baldisserotto ML, Fraga ACSA, Ayers S, Gama SGN, Leal MC. Factors associated with unintended pregnancy in Brazil: cross-sectional results from the Birth in Brazil national survey. *Reproductive Health* 2016; 13(Suppl 1): 236-265.
11. Sanches NC. Gravidez Não Planejada: A experiência de gestantes de um município do interior do estado de São Paulo: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2013. Dissertação de Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública.